

BLOCO TEMÁTICO 1: SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o fim da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2509198752M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

6º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO TEMÁTICO 1:

Seguridade Social – Saúde, Assistência Social
e Previdência Social

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

9/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

9/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU – 6º Simulado – Bloco Temático 1: Seguridade Social – Saúde, Assistência Social e Previdência Social (Pós-edital)

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (checks and balances) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.
- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.
- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.

(E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

4

No Estado de Mato Real, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.

- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omissão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.
- (C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.
- (D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.
- (E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

- (A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.
- (B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.
- (C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.
- (D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.
- (E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

8

No âmbito do federalismo brasileiro, a política de saúde é um exemplo de sistema de política pública que se caracteriza pela:

- (A) Centralização total na União, que é a única responsável pela formulação e execução de programas de saúde.
- (B) Autonomia completa de cada ente federativo (União, estados e municípios), sem necessidade de articulação ou cooperação.
- (C) Cooperação e corresponsabilidade, com papéis definidos para cada ente, mas com a União atuando como coordenadora nacional e principal financiadora.

- (D) Delegação de poder de decisão exclusivamente aos municípios, que são os únicos a executar ações de saúde.
- (E) Total privatização dos serviços de saúde, com o Estado atuando apenas como regulador.

9

A transversalidade em políticas públicas é um conceito que se diferencia da intersetorialidade por:

- (A) Focar na articulação de diferentes setores (como saúde e educação) para resolver um problema específico.
- (B) Ser uma abordagem que lida com temas que perpassam e afetam múltiplas políticas e áreas de governo, como a equidade de gênero ou o meio ambiente.
- (C) Apenas se aplicar a políticas de cunho econômico, não sendo relevante para políticas sociais.
- (D) Ser sinônimo de delegação de responsabilidades do governo central para governos locais.
- (E) Focar na privatização de serviços públicos para maior eficiência.

10

A transformação digital na gestão pública tem como uma de suas principais finalidades a melhoria da experiência do cidadão. Sobre esse tema, é correto afirmar que um de seus impactos esperados é:

- (A) A manutenção de canais de comunicação exclusivamente físicos para garantir a segurança dos dados.
- (B) A criação de barreiras digitais para limitar o acesso de usuários não familiarizados com a tecnologia.
- (C) O uso de plataformas digitais para promover maior transparência e participação social nos processos decisórios.
- (D) A centralização da informação em um único órgão, dificultando o acesso de outros setores e da sociedade.
- (E) A substituição de todos os servidores públicos por sistemas automatizados.

Ética e integridade

Rafael de Oliveira

11

De acordo com o Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta quanto aos deveres fundamentais do servidor:

- (A) O servidor público deve exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, buscando solucionar situações procrastinatórias, principalmente diante de filas, para evitar dano moral ao usuário.
- (B) É dever do servidor público manter-se atualizado com as instruções, normas de serviço e legislação pertinente ao órgão onde exerce suas funções.

- (C) O servidor deve apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas à função que exerce, podendo abrir exceções caso esteja em exercício interno.
- (D) Um dos deveres fundamentais do servidor público é resistir a pressões de superiores, contratantes e outros interessados que visem obter vantagens indevidas, denunciando tais práticas.
- (E) O servidor público deve exercer com moderação as prerrogativas funcionais, abstendo-se de utilizá-las contra os legítimos interesses dos usuários do serviço público.

12

Com base no Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa correta quanto às vedações impostas ao servidor público:

- (A) É permitido ao servidor, em situações excepcionais, alterar o teor de documentos administrativos, desde que com boa intenção e sem prejuízo a terceiros.
- (B) O servidor pode aceitar gratificações ou doações simbólicas, desde que sejam oferecidas espontaneamente por usuários satisfeitos com o serviço prestado.
- (C) É vedado ao servidor público ser conivente com erro ou infração ética, mesmo que motivado por espírito de solidariedade.
- (D) O uso de influência pessoal em favor de familiares é tolerado se não houver ganho financeiro direto.
- (E) O servidor pode agir com parcialidade, desde que respeite a hierarquia e não ofenda diretamente nenhum usuário.

13

De acordo com as Regras Deontológicas previstas no Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O servidor público deve pautar sua conduta pelos princípios da dignidade, do zelo, da eficácia e da moralidade, mesmo fora do exercício da função pública, pois suas atitudes refletem diretamente na imagem do serviço público.
- (B) A moralidade administrativa deve sempre prevalecer sobre a legalidade formal, ainda que o servidor atue em conformidade com os preceitos legais e constitucionais.
- (C) A função pública deve ser compreendida como exercício profissional e, por isso, a conduta privada do servidor pode influenciar diretamente na sua reputação funcional.
- (D) O servidor público deve considerar que sua remuneração provém dos tributos pagos pela sociedade, o que reforça seu dever de atuar com moralidade e respeito ao bem comum.
- (E) A publicidade dos atos administrativos é regra essencial à eficácia e à moralidade da Administração Pública, e sua omissão injustificada constitui falta ética, salvo nos casos legais de sigilo.

14

De acordo com os princípios éticos que regem a Administração Pública, especialmente quanto ao dever de transparência, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A transparência é princípio fundamental da Administração Pública e deve orientar a conduta do servidor, que tem o dever de assegurar a publicidade dos atos administrativos, salvo nos casos previstos em lei.
- (B) A omissão injustificada de informações de interesse público constitui conduta antiética, que compromete a relação de confiança entre o servidor e a sociedade.
- (C) A publicidade dos atos administrativos é meramente formal e não possui impacto direto sobre a moralidade da conduta do servidor público.
- (D) O dever de transparência está vinculado ao princípio da legalidade e reforça a necessidade de que todos os atos da Administração sejam motivados e acessíveis à sociedade.
- (E) Salvo em casos de sigilo legalmente justificado, o servidor público deve facilitar o acesso às informações, promovendo a transparência como instrumento de controle social.

Diversidade e inclusão na sociedade

Aline Menezes

15

A inclusão de grupos vulnerabilizados no Brasil enfrenta desafios estruturais e históricos. Um dos principais obstáculos é:

- (A) A inexistência de políticas sociais voltadas à redistribuição de renda.
- (B) A permanência de desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e geração que limitam o acesso a direitos.
- (C) A ausência completa de participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas.
- (D) A substituição das políticas públicas universais por focalizadas, que elimina toda desigualdade social.
- (E) O aumento da renda per capita nacional, que gera maior exclusão social.

16

Quando se discute a inclusão sociopolítica de pessoas idosas, pessoas com deficiência, população negra, povos indígenas e comunidade LGBTQIA+, um desafio central é:

- (A) A manutenção de legislações específicas que garantem plenamente a equidade.
- (B) A superação dos preconceitos e estigmas enraizados culturalmente, que limitam a cidadania desses grupos.
- (C) A inexistência de marcos legais de proteção social.
- (D) O excesso de programas governamentais, que gera sobreposição de direitos.
- (E) A ausência de movimentos sociais reivindicatórios no cenário brasileiro.

17

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para compreender os desafios da inclusão de grupos vulnerabilizados. Ela permite:

- (A) Analisar as desigualdades apenas sob o ponto de vista econômico.
- (B) Explicar as desigualdades exclusivamente a partir da biologia.
- (C) Considerar como diferentes marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, geração) se cruzam e produzem formas específicas de exclusão.
- (D) Garantir que políticas públicas sejam formuladas sem considerar particularidades sociais.
- (E) Eliminar a necessidade de políticas afirmativas.

18

Sobre as políticas públicas voltadas à inclusão de grupos vulnerabilizados, é correto afirmar que:

- (A) São sempre universais, sem distinção de público-alvo.
- (B) Eliminam automaticamente todas as desigualdades sociais.
- (C) São implementadas apenas pelo setor privado, sem envolvimento do Estado.
- (D) Não precisam considerar a participação social dos próprios grupos envolvidos.
- (E) Devem articular redistribuição de recursos materiais e reconhecimento das diferenças culturais e identitárias.

Administração pública federal

Gustavo Scatolino

19

A atuação da Administração Pública deve observar fundamentos constitucionais que orientam a validade dos atos administrativos, servindo como garantias ao cidadão contra abusos estatais. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição, estabelece que o agente público só pode agir conforme a lei, diferentemente do particular que pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- (B) O princípio da impessoalidade refere-se apenas à necessidade de motivação dos atos administrativos, sem relação com a vedação à promoção pessoal de agentes públicos.
- (C) O princípio da moralidade administrativa, embora relevante, não constitui fundamento suficiente para controle judicial de atos administrativos.
- (D) A publicidade, enquanto princípio constitucional, é requisito de validade do ato administrativo, cuja ausência gera nulidade absoluta.
- (E) A eficiência, acrescentada pela Emenda Constitucional n. 19/1998, representa uma diretriz de boa gestão, sendo um princípio demasiadamente abstrato.

20

Os princípios constitucionais que orientam a Administração Pública possuem caráter vinculante e devem ser observados em toda atividade administrativa. Acerca desses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da publicidade confunde-se com a publicação, de modo que toda ausência de publicação invalida o ato administrativo.
- (B) O princípio da moralidade administrativa exige que o administrador atue conforme padrões éticos, sendo pressuposto de validade dos atos e fundamento de ação popular.

- (C) O princípio da legalidade autoriza a Administração a agir em qualquer situação não vedada por lei, ainda que não haja previsão legal expressa.
- (D) O princípio da eficiência, apesar de previsto na Constituição, possui natureza meramente programática, sem força normativa obrigatória.
- (E) O princípio da impessoalidade não encontra respaldo na Constituição, mas apenas na doutrina administrativa.

Evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil e estrutura organizacional da Administração Pública Federal/ Sistemas estruturantes da administração pública federal

Bruno Eduardo

21

Durante um curso de integração para servidores recém-empregados em uma autarquia federal, o palestrante destacou que a Administração Pública brasileira passou por diferentes reformas, cada uma refletindo as necessidades de seu tempo histórico. Foram enfatizadas: a reforma de 1936, com o DASP; a de 1967, com o Decreto-Lei nº 200; e a de 1995, com o PDRAE. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação do DASP em 1936 representou a consolidação do modelo patrimonialista, pois reforçou práticas clientelistas e a ocupação de cargos de confiança sem concurso público.
- (B) O Decreto-Lei nº 200/1967 foi um marco ao introduzir diretrizes de descentralização e planejamento, aproximando-se de práticas gerenciais, ainda que sem romper com a burocracia.
- (C) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) buscou fortalecer exclusivamente o modelo burocrático, ampliando controles formais e hierarquias rígidas.
- (D) A Constituição de 1988 instituiu explicitamente a administração pública gerencial, substituindo o modelo burocrático pela lógica de contratos de gestão e foco em resultados.
- (E) As reformas de 1967 e 1995 foram idênticas, ambas extinguindo a burocracia e implantando integralmente o modelo de administração pública gerencial.

22

Um servidor da Secretaria de Orçamento precisou elaborar um relatório sobre a execução orçamentária da União, mas também consultou outro sistema para obter informações sobre o planejamento de programas e ações do Plano Plurianual (PPA). O gestor responsável explicou que diferentes sistemas estruturantes atendem a finalidades específicas na Administração Pública Federal. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema estruturante voltado à execução orçamentária, financeira e contábil da União, sendo distinto do SIGPlan, que acompanha planejamento governamental.
- (B) O SIAPE é o sistema utilizado para registro e acompanhamento de convênios e transferências voluntárias entre União, estados e municípios.
- (C) O SIORG é responsável pela execução das folhas de pagamento dos servidores públicos federais.
- (D) O SIPEC é voltado para execução orçamentária, funcionando como ferramenta do Tesouro Nacional.
- (E) O SIGPlan substituiu o SIAFI, tornando-se o único sistema de acompanhamento orçamentário-financeiro da União.

Fundamentos das finanças públicas, tributação e do planejamento-orçamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Anderson Ferreira

23

Em cada exercício financeiro, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado pelos entes federativos, deve ser acompanhado do Anexo de Riscos Fiscais, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse anexo tem por finalidade:

- (A) Apresentar as metas de resultado primário e nominal, em valores correntes e constantes, comparando-as ao exercício anterior.
- (B) Estimar o impacto financeiro das renúncias de receitas tributárias previstas na Lei Orçamentária Anual.
- (C) Apresentar a metodologia de cálculo da meta de inflação oficial, ajustada pelos índices adotados pelo Banco Central.
- (D) Avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- (E) Demonstrar a compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual vigente, com a indicação de desvios de execução.

24

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo. Entre as informações apresentadas, foi destacado que uma das partes da LOA se refere ao chamado “orçamento fiscal”. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta:

- (A) O orçamento fiscal deve compreender exclusivamente as receitas e despesas relativas às empresas em que o ente detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (B) O orçamento fiscal é o instrumento que integra todas as receitas e despesas do regime geral de previdência social, da saúde e da assistência social.
- (C) O orçamento fiscal é uma das partes que compõem a LOA e abrange receitas e despesas dos Poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) O orçamento fiscal não compõe a LOA, sendo previsto em legislação específica de planejamento de médio prazo.
- (E) O orçamento fiscal tem por objetivo exclusivo registrar as transferências constitucionais realizadas pela União a Estados e Municípios, sem contemplar as demais receitas e despesas orçamentárias.

25

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Dentre os conteúdos obrigatórios previstos constitucionalmente para a LDO, assinale a alternativa correta:

- (A) A LDO deve estabelecer, em caráter definitivo, a composição detalhada da dívida ativa do ente federativo.
- (B) Compete à LDO dispor sobre as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente.
- (C) A LDO tem a função de fixar todas as despesas correntes obrigatórias e de capital, independentemente da previsão do PPA.
- (D) Cabe à LDO regulamentar de forma permanente o regime jurídico único dos servidores públicos.
- (E) A LDO deve incluir exclusivamente as programações de caráter regionalizado, voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

26

O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento da Administração Pública, previsto na Constituição Federal, e orienta a definição das prioridades governamentais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o significado e a finalidade do PPA:

- (A) O PPA é um plano de curto prazo, com vigência anual, destinado a assegurar a execução imediata das prioridades do governo em cada exercício financeiro.
- (B) O PPA é uma lei que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos.
- (C) O PPA corresponde a um demonstrativo contábil-financeiro, destinado exclusivamente a consolidar a execução orçamentária anual dos entes federativos.
- (D) O PPA é um plano estratégico de caráter permanente, aprovado uma única vez e válido para todos os governos subsequentes.
- (E) O PPA é um instrumento específico de iniciativa do Poder Legislativo, destinado a fixar os limites de gasto e de arrecadação em cada exercício financeiro.

Trabalho e tecnologia

Vitor Kessler

27

A digitalização dos processos produtivos trouxe novas formas de organização do trabalho. Entre as mudanças observadas, destaca-se:

- (A) Consolidação de hierarquias mais rígidas, com redução da autonomia dos colaboradores.
- (B) Utilização de plataformas digitais que conectam trabalhadores e demandas de serviço, ampliando o trabalho por projetos.
- (C) Redução da integração entre setores produtivos, que passaram a operar isoladamente.
- (D) Desuso de indicadores de desempenho, substituídos por avaliação puramente qualitativa.
- (E) Enfraquecimento das competências digitais como requisito de empregabilidade.

28

A automação de processos robóticos (RPA) no setor público é uma iniciativa que:

- (A) Substitui tarefas manuais e repetitivas, permitindo que os servidores se concentrem em atividades de maior valor agregado.
- (B) Exige reformulação completa das leis e regulamentos para ser implementada.
- (C) Funciona sem integração com sistemas legados.
- (D) Aumenta a quantidade de etapas no processo.
- (E) Impede o monitoramento e a auditoria das atividades realizadas.

29

Ao adotar inteligência artificial em serviços públicos, um problema que pode surgir é:

- (A) Falta de dados abertos e interoperáveis, que impede a implementação de soluções de análise preditiva.
- (B) Aumento do tempo de resposta, já que decisões automatizadas precisam de conferência manual obrigatória em todos os casos.
- (C) Falta de clareza sobre como o modelo chegou ao resultado, prejudicando a transparência e a possibilidade de auditoria.
- (D) Redução da participação social, pois o uso de IA exige maior interação com cidadãos para coletar feedback.
- (E) Diminuição dos riscos de segurança cibernética, porque algoritmos aprendem a bloquear ataques automaticamente.

30

Em um projeto de transformação digital no setor público, diversos riscos podem ser identificados. Qual deles está **diretamente associado à automação de processos**?

- (A) Vazamento de dados sensíveis por falhas de configuração em servidores na nuvem.
- (B) Interrupção de serviços críticos devido a ataques de negação de serviço (DDoS).
- (C) Cristalização de fluxos ineficientes, fazendo com que erros sejam replicados automaticamente em larga escala.
- (D) Perda de integridade de dados causada por falhas em mecanismos de backup e recuperação.
- (E) Obsolescência rápida de tecnologias utilizadas, exigindo substituição frequente de sistemas.

Eixo Temático 1 – Seguridade Social

Thiago Bazi e Fernando Maciel

31

Acerca dos conceitos de política social e seguridade social, assinale a afirmativa correta.

- (A) Política social refere-se exclusivamente às ações governamentais de caráter assistencial, voltadas aos pobres, sem influência de outros atores sociais.
- (B) As políticas sociais resultam de disputas e interesses diversos na sociedade e no Estado, buscando garantir direitos sociais diante das desigualdades do capitalismo; já a seguridade social integra um conjunto de ações em saúde, previdência e assistência para proteger os cidadãos contra riscos sociais.
- (C) Seguridade social, conforme o modelo brasileiro atual, mantém-se restrita aos trabalhadores que contribuem para a previdência, excluindo aqueles fora do mercado formal de trabalho.
- (D) A formulação das políticas sociais ocorre de forma neutra e técnica, visando apenas ao interesse público, sem envolver conflitos ou participação de grupos da sociedade civil.
- (E) A seguridade social compreende todas as políticas públicas sociais, incluindo saúde, previdência, educação e habitação, sob responsabilidade exclusiva do Estado.

32

Sobre as vertentes históricas da proteção social, referentes aos modelos bismarckiano e beveridgiano, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo bismarckiano, implementado na Alemanha no século XIX, previu cobertura universal de riscos sociais financiada por impostos, desvinculada do mercado de trabalho.
- (B) O modelo beveridgiano, proposto na Inglaterra em 1942, limitou o acesso aos benefícios sociais apenas aos trabalhadores que contribuísssem previamente, mantendo o caráter profissional do amparo.
- (C) No modelo bismarckiano de seguridade, a proteção social é baseada em contribuições de trabalhadores e empregadores, vinculada ao emprego formal; já o modelo beveridgiano busca a universalização dos direitos sociais, garantindo proteção a todos os cidadãos como direito de cidadania.
- (D) Ambos os modelos históricos, bismarckiano e beveridgiano, compartilham o princípio de universalidade dos direitos sociais, diferindo apenas quanto às fontes de financiamento.
- (E) O relatório Beveridge inspirou a criação dos primeiros seguros sociais contributivos no final do século XIX, tendo sua lógica adotada integralmente pelo Brasil na Era Vargas.

33

A respeito da construção histórica da política social no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Até a década de 1930, o Brasil já contava com um amplo sistema público de proteção social, inspirado no modelo universalista europeu.
- (B) A legislação social brasileira no período Vargas concentrou a proteção nos trabalhadores urbanos formais, por meio de institutos segmentados por categoria profissional, o que gerou cobertura fragmentada e privilégios para alguns grupos de trabalhadores.
- (C) Durante o regime militar (1964–1985), a previdência social foi totalmente unificada e universalizada, incluindo de forma igualitária trabalhadores urbanos, rurais e informais.
- (D) A assistência social, antes da Constituição de 1988, desenvolveu-se como política pública de direitos, livre de interferências clientelistas ou práticas filantrópicas.
- (E) A partir da Lei Orgânica da Previdência Social de 1960 (LOPS), todos os brasileiros passaram a ter direito à proteção previdenciária independentemente de contribuição, consolidando o caráter universal da seguridade.

34

A seguridade social brasileira deve obedecer a princípios e diretrizes previstos na Constituição Federal de 1988. Assinale a alternativa que não constitui um desses princípios:

- (A) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (B) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com participação da comunidade (trabalhadores, empregadores e aposentados).
- (C) Equidade na forma de participação no custeio.
- (D) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (E) Uniformidade da base de financiamento da seguridade social.

35

Com base na evolução legislativa da seguridade social no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei Eloy Chaves, de 1923, instituiu caixas de aposentadoria e pensões para os ferroviários, sendo considerada um marco inicial da previdência social de caráter contributivo no país.
- (B) A Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) de 1960 fragmentou o sistema previdenciário brasileiro, criando múltiplos institutos setoriais e reduzindo a abrangência da cobertura.
- (C) A Constituição Federal de 1988 manteve a estrutura tradicional da previdência social, sem incluir novas fontes de financiamento nem ampliar a cobertura das políticas de saúde e assistência.
- (D) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 manteve o caráter assistencialista e não contributivo da assistência, sem prever a garantia de nenhum benefício continuado por parte do Estado.
- (E) A criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), em 1977, unificou plenamente a gestão das políticas sociais e eliminou problemas de desigualdade e desperdício de recursos existentes até então.

36

No que se refere ao financiamento e orçamento da seguridade social brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) A seguridade social é financiada unicamente pelas contribuições previdenciárias dos trabalhadores e empregadores, não contando com recursos estatais.
- (B) O princípio da equidade no custeio significa que todos os cidadãos devem contribuir com a mesma quantia para financiar a seguridade social, independentemente da renda.
- (C) Após a Constituição de 1988, estabeleceu-se o Orçamento da Seguridade Social, alimentado por diversas fontes, incluindo contribuições sobre a folha de salários, sobre o faturamento e o lucro das empresas, além de recursos dos orçamentos públicos.

- (D) No modelo brasileiro, apenas a União (governo federal) financia a seguridade social, cabendo aos estados e municípios atuarem somente na execução das políticas de saúde e assistência.
- (E) O princípio da diversidade da base de financiamento, previsto na Constituição, foi abolido nas reformas dos anos 1990, restringindo novamente as fontes de custeio apenas às contribuições sobre salários.

37

Considerando os desafios da seguridade social no contexto do projeto neoliberal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Observa-se o fortalecimento das políticas sociais universais e o aumento do investimento público para ampliação dos direitos de seguridade social.
- (B) O Estado neoliberal prioriza a provisão direta de proteção social ampla, reduzindo a participação do setor privado e do terceiro setor nas políticas de seguridade.
- (C) Verifica-se a focalização das políticas sociais nos mais pobres e a mercantilização do bem-estar, transformando direitos em mercadorias e o beneficiário em um consumidor de serviços.
- (D) No contexto neoliberal, expandiram-se os mecanismos de proteção ao trabalho formal, com aumento da cobertura previdenciária aos trabalhadores informais sem contribuição.
- (E) Registra-se a retomada do caráter universal e solidário da seguridade social, com redução das desigualdades de acesso entre os cidadãos.

38

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao tratar dos direitos sociais, estabelece um rol no seu artigo 6º. Assinale a alternativa que apresenta um direito social expressamente previsto nesse artigo.

- (A) A igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações.
- (B) O direito de greve.
- (C) O direito à saúde.
- (D) A livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
- (E) A inviolabilidade do domicílio.

39

Sobre as fontes de custeio da Seguridade Social, o art. 195 da Constituição Federal de 1988 prevê uma série de contribuições sociais. Com base nesse tema, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

- (A) A contribuição do empregador, incidente sobre a folha de salários, é a única fonte de custeio da Seguridade Social.
- (B) A contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social incidirá sobre o total das remunerações pagas ou creditadas.
- (C) As contribuições sociais podem ser exigidas imediatamente após a edição da lei que as instituiu.
- (D) A contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos é uma das fontes de custeio da Seguridade Social.
- (E) A contribuição social do importador de bens ou serviços do exterior não está prevista na Constituição como fonte de custeio da Seguridade Social.

40

A legislação brasileira, notadamente as Leis n. 8.212/1991 e n. 11.457/2007, estabelecem que a arrecadação e o recolhimento das contribuições sociais são de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Sobre as obrigações acessórias das empresas, é correto afirmar que:

- (A) a empresa é obrigada a preparar folhas de pagamento, mas não precisa manter registro de dados de todos os fatos geradores de contribuições sociais.
- (B) o prazo para o recolhimento das contribuições sociais previdenciárias é sempre o dia 20 do mês subsequente ao da competência.
- (C) a empresa deve manter um registro de empregados que não precisa ser individualizado.
- (D) a empresa deve lançar em sua contabilidade, de forma discriminada, as parcelas integrantes e não integrantes da remuneração e as descontadas de seus empregados.
- (E) A empresa é dispensada de emitir recibo de pagamento aos seus empregados, caso a folha de pagamento seja digital.

41

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 7º, uma série de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção que apresenta um direito do trabalhador urbano e rural que não é aplicável ao trabalhador doméstico.

- (A) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado.
- (B) Participação nos lucros ou resultados.
- (C) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.

- (D) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- (E) Férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

42

A Lei n. 8.212/1991, em seu art. 28, define o salário de contribuição para a Previdência Social. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

- (A) O salário de contribuição é a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade das importâncias pagas, creditadas ou rendidas aos segurados, independentemente da natureza dessa quantia.
- (B) O valor pago a título de adicional de terço constitucional de férias não integra o salário de contribuição.
- (C) O salário-família e o vale-transporte, pago na forma de legislação própria, não integram o salário de contribuição.
- (D) O salário de contribuição do segurado contribuinte individual é o valor por ele escolhido, desde que observado o limite contributivo mínimo (salário-mínimo) e máximo (Teto do RGPS).
- (E) As diárias de viagem não integram o salário de contribuição, desde que seu valor não supere 50% da remuneração do segurado.

Eixo Temático 2 – Saúde

Natale Souza e Benefran Bezerra

43

A transdisciplinaridade, enquanto abordagem epistemológica e prática na saúde, transcende a mera integração de saberes disciplinares, postulando a emergência de um novo conhecimento a partir do diálogo entre diferentes níveis de realidade. Analise as proposições a seguir sobre os princípios fundamentais da transdisciplinaridade, conforme Basarab Nicolescu, e sua aplicação no contexto da saúde.

- I – O princípio dos Níveis de Realidade reconhece a existência de múltiplas dimensões da realidade, cada uma com suas próprias leis, e que o conhecimento transdisciplinar emerge da interação entre elas, e não apenas da soma de perspectivas disciplinares.
- II – A Lógica do Terceiro Incluído, na transdisciplinaridade, propõe a superação da lógica binária (A ou não A) ao admitir um terceiro termo que integra os opostos, permitindo a compreensão de fenômenos complexos que não se encaixam em categorizações exclusivas.
- III – No âmbito da saúde, a transdisciplinaridade, ao integrar saberes científicos e não acadêmicos (populares, tradicionais, experienciais), promove uma

abordagem holística que considera o ser humano em sua totalidade (biológica, psicológica, social, cultural e espiritual), mas restringe a participação comunitária à validação de resultados científicos.

- IV – A complexidade, como princípio transdisciplinar, enfatiza que a realidade é multidimensional e não pode ser reduzida a explicações simplistas ou lineares, exigindo uma compreensão que contemple as interconexões e interdependências dos fenômenos de saúde.

Estão corretas as proposições:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

44

O Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) 2021-2025 estabelece metas e estratégias para mitigar um dos maiores desafios da saúde pública. Considerando a estrutura e os objetivos desse programa, avalie as afirmações a seguir.

- I – A finalidade primordial do PNPCIRAS 2021-2025 é reduzir, em âmbito nacional, a incidência de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) e de Resistência Microbiana (RM) em serviços de saúde, por meio da implementação de práticas de prevenção e controle baseadas em evidências.
- II – Entre os componentes essenciais da Organização Mundial da Saúde (OMS) que fundamentam o PNPCIRAS, a Vigilância de IRAS é o componente com menor conformidade na última avaliação do programa brasileiro, indicando uma área crítica para intervenção.
- III – As estratégias multimodais, um conceito fundamental no PNPCIRAS, referem-se à implementação simultânea de múltiplas intervenções (como educação e treinamento, mudanças no sistema, avaliação e feedback, cultura de segurança e lembretes e comunicação) para maximizar a efetividade das ações de prevenção e controle, demonstrando resultados superiores em comparação a intervenções isoladas.
- IV – O Programa de Gerenciamento de Antimicrobianos, integrado ao PNPCIRAS, visa exclusivamente à restrição de antimicrobianos de amplo espectro e ao descalonamento terapêutico, sem incluir a vigilância do consumo e da resistência como componentes essenciais.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

45

A Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), instituída pela Portaria GM/MS n. 1.604/2023, representa um marco regulatório fundamental para a organização da atenção especializada no Brasil. Considerando as suas dimensões estruturantes e o papel da Atenção Primária à Saúde (APS), analise as assertivas a seguir.

- I – A Dimensão Organizacional da PNAES refere-se ao modo como os serviços organizam suas equipes multiprofissionais de forma interdisciplinar para garantir acesso, acolher, oferecer cuidado de qualidade e prestar apoio matricial a outras equipes.
- II – A PNAES reafirma o papel central da Atenção Primária à Saúde (APS) como porta de entrada preferencial do sistema, principal centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde e coordenadora do cuidado do usuário em seu território, mas não como responsável pela ordenação do acesso.
- III – A Dimensão Sistêmica da PNAES aborda a articulação dos serviços de atenção especializada com os demais pontos de atenção e a integração das práticas profissionais, visando à implementação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), com ênfase no apoio à atenção primária.
- IV – Entre os eixos estruturantes da PNAES, o Fortalecimento da Atenção Primária implica em uma atuação articulada e compartilhada, contribuindo para o aumento da resolubilidade da APS, o que é um dos pilares para a efetividade da atenção especializada.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

46

A Lei n. 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, representou um marco na reforma psiquiátrica brasileira. Considerando os princípios e as modalidades de internação previstos nesta legislação, analise as afirmações a seguir.

- I – O art. 1º da Lei n. 10.216/2001 estabelece o princípio da não discriminação, assegurando os direitos das pessoas com transtorno mental sem qualquer forma de discriminação, sendo inovadora para a época a inclusão específica da “orientação sexual” no texto legal.
- II – O art. 4º da Lei n. 10.216/2001 estabelece que a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, marcando a ruptura definitiva com o modelo asilar e priorizando o tratamento em serviços comunitários de saúde mental.
- III – A internação compulsória, uma das modalidades previstas, ocorre sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro (familiar ou responsável legal), devendo ser comunicada ao Ministério Público Estadual em 72 horas.
- IV – A Lei n. 10.216/2001, em seu art. 2º, garante o direito ao melhor tratamento do sistema de saúde, à humanidade e inserção social, à proteção, sigilo e comunicação, e ao tratamento pelos meios menos invasivos possíveis, preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

47

A Política Nacional de Humanização (PNH), conhecida como HumanizaSUS, busca transformar as práticas de gestão e cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). Analise as proposições a seguir sobre os princípios e dispositivos da PNH.

- I – A PNH valoriza a dimensão subjetiva e social em todas as práticas de atenção e gestão, estimulando processos comprometidos com a produção de saúde e a autonomia dos sujeitos, e fortalecendo o trabalho em equipe multiprofissional, inclusive promovendo a transdisciplinaridade.
- II – O acolhimento, como diretriz da PNH, é um espaço físico específico nos serviços de saúde onde o usuário é recebido e classificado por ordem de chegada, garantindo a prioridade de atendimento aos casos mais graves.

- III – A gestão participativa e cogestão, como diretriz da PNH, visa aumentar o grau de corresponsabilidade dos diferentes atores (gestores, trabalhadores e usuários) e democratizar o processo de trabalho, valorizando a inclusão de todos na tomada de decisões.
- IV – O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é um dispositivo da PNH que consiste em um conjunto de propostas terapêuticas articuladas para um indivíduo ou coletivo, resultado da discussão de uma equipe interdisciplinar, com apoio matricial se necessário, e que inclui a definição de metas, divisão de responsabilidades e reavaliação.

Estão corretas as proposições:

- (A) I e II, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) I, III e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

48

A transição demográfica e epidemiológica no Brasil configura um cenário complexo para a saúde pública, caracterizado pela coexistência de diferentes padrões de morbimortalidade. Com base no modelo teórico de Omran (1971) e no perfil atual do Brasil, analise as afirmações a seguir.

- I – O Brasil, atualmente, vivencia o que se denomina “duplo fardo da doença”, caracterizado pela coexistência de doenças infecciosas, crônicas não transmissíveis e causas externas, o que reflete uma transição epidemiológica incompleta ou prolongada.
- II – No Estágio 1 do modelo de Omran, a “Era das Peste-lências e Fomes”, predominavam as doenças infecciosas e parasitárias, com baixa expectativa de vida, cenário que no Brasil se estendeu até aproximadamente 1940.
- III – O Estágio 3, a “Era das Doenças Degenerativas e Criadas pelo Homem”, é marcado pela predominância de doenças cardiovasculares, câncer e outras condições crônicas, além de causas externas como violência e acidentes, e uma expectativa de vida superior a 70 anos, correspondendo ao período pós-1980 no Brasil.
- IV – A transição demográfica no Brasil, embora acelerada em comparação a países desenvolvidos, não gerou um “bônus demográfico” significativo devido a fatores limitantes como baixa produtividade e educação deficiente, resultando em um ônus demográfico precoce.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e II, apenas.
(B) II e IV, apenas.

- (C) I, III e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

49

O conceito de “Uma Só Saúde” (One Health) representa um avanço contemporâneo na compreensão dos determinantes ambientais da saúde, reconhecendo a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental. Sobre este paradigma e a Vigilância Ambiental em Saúde (VAS), analise as proposições a seguir.

- I – O conceito de “Uma Só Saúde” é uma abordagem colaborativa, multissetorial e transdisciplinar que integra a saúde das pessoas, dos animais e do meio ambiente compartilhado, sendo mais abrangente do que a simples consideração de doenças zoonóticas.
- II – A Vigilância Ambiental em Saúde (VAS) tem como um de seus componentes a Vigilância da Qualidade da Água, que inclui o monitoramento de sistemas de abastecimento, controle da qualidade da água para consumo humano e investigação de surtos de doenças de transmissão hídrica.
- III – Os Determinantes Ambientais da Saúde (DAS) referem-se exclusivamente a fatores físicos, químicos e biológicos externos à pessoa, não incluindo os fatores socioambientais como saneamento, habitação e urbanização, que são considerados determinantes sociais.

Estão corretas as proposições:

- (A) I e II, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) I, II e III.
(D) I, apenas.
(E) II, apenas.

50

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) é uma política pública de saúde fundamental no Brasil, responsável pela coordenação das ações de imunização. Considerando seus marcos históricos, objetivos e indicadores, avalie as afirmações a seguir.

- I – A formulação do PNI ocorreu em 1973, e sua institucionalização, por meio da Lei n. 6.259, em 1975, marcando o início de uma abordagem sistemática e permanente de vacinação no país.
- II – O último caso de poliomielite no Brasil foi registrado em 1989, na Paraíba, e a certificação da eliminação da doença nas Américas ocorreu em 1994, demonstrando o sucesso das campanhas de vacinação em massa.
- III – A meta de cobertura vacinal do PNI é de 100% de forma homogênea em todos os municípios e bairros, para todas as vacinas, e a taxa de abandono esperada é de no máximo 5%.

IV – As competências da esfera federal no PNI incluem a aquisição centralizada de todos os imunobiológicos e a elaboração de normas técnicas e manuais, enquanto a aplicação e o registro das vacinas são responsabilidades municipais.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

51

A Lei n. 8.142/1990 regulamenta a participação da comunidade na gestão do SUS, estabelecendo as Conferências e os Conselhos de Saúde como instâncias colegiadas de controle social. A composição e o funcionamento desses órgãos são cruciais para a democratização das políticas de saúde. Analise as proposições abaixo sobre a Lei n. 8.142/1990 e o controle social.

- I – A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde deve ser paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos (governo, prestadores de serviço e trabalhadores da saúde), garantindo 50% das vagas.
- II – Os Conselhos de Saúde possuem caráter permanente e deliberativo, com poder de decisão sobre políticas de saúde, incluindo aspectos econômicos e financeiros, e suas decisões são homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído.
- III – A Lei n. 8.142/1990 estabelece que os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados exclusivamente para despesas de custeio e capital do Ministério da Saúde, sem previsão de investimentos ou cobertura de ações e serviços de saúde implementados por municípios e estados.
- IV – Para o recebimento de recursos do SUS, os municípios e estados devem atender a pré-requisitos como a existência de Fundo de Saúde, Conselho de Saúde com composição paritária, Plano de Saúde e Relatório de Gestão, entre outros.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

52

A evolução histórica das políticas de saúde no Brasil é marcada por transições significativas, culminando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). A VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, é amplamente reconhecida como um marco fundamental nesse processo. Considerando o contexto e as deliberações dessa Conferência, analise as afirmativas a seguir.

- I – A VIII CNS foi a primeira a permitir a participação popular de forma ampla, democratizando as discussões sobre as diretrizes da saúde no país.
- II – Um dos principais resultados da VIII CNS foi a defesa da unificação dos sistemas de saúde, superando a dicotomia entre a saúde pública e a previdenciária, o que influenciou diretamente a Constituição Federal de 1988.
- III – O conceito ampliado de saúde, que transcende a mera ausência de enfermidade e abrange condições dignas de vida, trabalho e acesso a bens e serviços, foi uma das proposições centrais da Conferência.
- IV – A Conferência deliberou que o financiamento do setor saúde deveria ser exclusivamente de responsabilidade federal, visando a uma maior centralização e eficiência na alocação de recursos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

53

A Portaria n. 529/2013 do Ministério da Saúde estabelece as definições essenciais para a compreensão da Segurança do Paciente. Considerando esses conceitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Dano é o comprometimento da estrutura ou função do corpo e/ou qualquer efeito dele oriundo, sendo restrito a manifestações físicas e psicológicas.
- (B) Segurança do Paciente é a eliminação total do risco de dano associado ao cuidado de saúde, visando a zero incidentes.
- (C) Incidente é qualquer evento ou circunstância que, por sua natureza, poderia ter resultado, ou resultou, em dano desnecessário ao paciente.
- (D) Evento Adverso é um incidente que, apesar de ocorrido, não provoca nenhum tipo de dano direto ao paciente, servindo apenas como alerta.
- (E) Cultura de Segurança é primariamente a responsabilidade da diretoria da instituição, sem necessidade de engajamento de todos os colaboradores.

54

O Plano Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), instituído pela Portaria n. 529/2013, estabelece estratégias para aprimorar a segurança no cuidado à saúde. Dentre as ações e estratégias gerais listadas no art. 5º da referida portaria, assinale a que NÃO se alinha aos princípios e objetivos do PNSP.

- (A) Ampliar o acesso da sociedade às informações relativas à segurança do paciente, com foco na conscientização.
- (B) Promover a inclusão do tema segurança do paciente no ensino técnico e de graduação, bem como na pós-graduação na área da saúde.
- (C) Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos sobre segurança do paciente em nível nacional.
- (D) Fomentar a implementação de campanhas de comunicação social sobre segurança do paciente, dirigidas exclusivamente aos profissionais de saúde.
- (E) Envolver os pacientes e familiares nas ações de segurança do paciente, reconhecendo seu papel ativo.

Eixo Temático 3 – Assistência Social

Aline Menezes e Carlinhos Costa

55

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o SUAS assentam-se, entre outras ideias, na concepção de assistência social como:

- (A) um conjunto de ações assistenciais tuteladas e exclusivamente caritativas, desvinculadas do dever do Estado.
- (B) um direito do cidadão e dever do Estado, organizado como política pública de proteção social não contributiva.
- (C) uma política exclusiva de transferência de renda sem oferta de serviços socioassistenciais.
- (D) um conjunto de ações restritas ao poder federal, sem descentralização para estados e municípios.
- (E) uma política substituta do Sistema Único de Saúde (SUS) para áreas de vulnerabilidade.

56

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2012) estabelece, entre outras disposições, que:

- (A) a gestão do SUAS é centralizada exclusivamente na União, sem atribuições aos municípios.
- (B) a gestão do SUAS deve ser compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com responsabilidades definidas e mecanismos de pactuação (CIT/CIB).
- (C) a NOB/SUAS dispõe apenas sobre recursos humanos e não trata de financiamento ou padrões de gestão.
- (D) é vedado aos entes firmar pactos ou instrumentos de cooperação técnica entre si.
- (E) a NOB/SUAS extingue conselhos de assistência social municipais.

57

Em relação aos níveis de proteção social no SUAS, considere: proteção social básica, proteção social especial (média e alta complexidade) e benefícios eventuais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Proteção social básica visa prevenir rupturas de direitos por meio de serviços de natureza continuada voltados a famílias e está articulada com CRAS/PAIF; proteção social especial atende violência, violações e necessidades de média/alta complexidade (CREAS, serviços de acolhimento); benefícios eventuais são auxílios temporários para situações emergenciais.
- (B) Proteção social básica e especial são sinônimos e indistintas em objetivos e equipamentos.
- (C) Benefícios eventuais são benefícios previdenciários contributivos pagos pelo INSS.
- (D) A proteção social especial não engloba serviços de acolhimento institucional.
- (E) A proteção social básica é responsabilidade exclusiva do Sistema Único de Saúde (SUS).

58

Sobre o CRAS e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), assinale a alternativa correta.

- (A) O CRAS é a unidade pública responsável pela oferta do PAIF e pela execução de serviços da proteção social básica, orientando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade.
- (B) O CRAS é um equipamento voltado exclusivamente para acolhimento institucional de crianças e adolescentes.
- (C) O PAIF é um benefício em dinheiro concedido trimestralmente às famílias.
- (D) O CRAS atua apenas em áreas urbanas e não atende população rural.
- (E) O PAIF substitui a necessidade de políticas de emprego e renda.

59

Sobre o CREAS e a proteção social especial, assinale a alternativa correta.

- (A) O CREAS é o equipamento responsável por atender famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, prestando serviços especializados de média e alta complexidade, como acompanhamento em casos de violência.
- (B) O CREAS oferece apenas serviços de lazer e cultura, sem instrumentos de proteção frente a violações de direito.
- (C) A proteção social especial não prevê atuação articulada com saúde, educação e segurança pública.
- (D) A proteção social especial é exclusivamente um programa federal executado pelo INSS.
- (E) O CREAS substitui as atribuições do Conselho Tutelar.

60

Quanto à gestão do SUAS, é correto afirmar que:

- (A) a gestão é descentralizada, participativa e pactuada; existem instâncias de pactuação (CIT e CIB) e instrumentos de cofinanciamento, além de mecanismos de monitoramento e avaliação como o IGD/SUAS.
- (B) o financiamento do SUAS é inteiramente privado, sem fundos públicos ou cofinanciamento entre entes.
- (C) não existe participação social nem conselhos no SUAS para controle social.
- (D) a Pactuação entre entes é proibida pela NOB/SUAS.
- (E) o SUAS não exige planos municipais de assistência social.

61

Sobre o BPC (LOAS + regulamentação), assinale a alternativa correta.

- (A) O BPC garante 1 salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e que a família tenha renda *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo (critério renda familiar *per capita*).
- (B) O BPC é um benefício contributivo pago a quem contribuiu para a Previdência Social.
- (C) A idade mínima para o idoso requerente do BPC é 80 anos, segundo a LOAS.
- (D) O BPC é pago automaticamente a toda pessoa com deficiência independentemente de renda.
- (E) O BPC tem valor variável conforme o número de membros da família.

62

Sobre modelos de avaliação da deficiência usados no processo de concessão do BPC, é correto afirmar que:

- (A) a avaliação é exclusivamente médica e individual, sem avaliação social; não há integração interdisciplinar.
- (B) a avaliação da deficiência e do grau de impedimento, para fins do BPC, envolve avaliação médica e avaliação social, com orientação para um modelo mais biopsicossocial (uso da CIF/ICF da OMS como referência em modelos mais recentes).
- (C) o Decreto n. 6.214/2007 veda a utilização de instrumentos de avaliação funcional.
- (D) os instrumentos avaliativos não consideram o contexto social e ambiental da pessoa.
- (E) o modelo de avaliação para o BPC é idêntico ao modelo de avaliação para auxílio-doença da Previdência.

63

Acerca dos procedimentos administrativos do BPC (habilitação, concessão, manutenção, representação e indeferimento), assinale a alternativa correta.

- (A) O Decreto n. 6.214/2007 regulamenta prazos, competências e procedimentos, prevendo avaliação técnica (perícia médica e avaliação social), exigência de comprovação de renda, e possibilitando representação por procurador; indeferimentos podem ocorrer por ausência de requisitos cumulativos.
- (B) Não há previsão normativa de prazos para análise e pagamento do BPC após requerimento.
- (C) Indeferimentos administrativos não admitem recurso nem revisão.
- (D) A família não precisa constar no Cadastro Único (CadÚnico) para fins de avaliação de renda no procedimento de concessão.
- (E) A concessão do BPC dispensa qualquer prova documental sobre renda ou condição de deficiência.

64

Sobre suspensão e cessação do Benefício de Prestação Continuada, é correto afirmar que:

- (A) a suspensão/cessação pode ocorrer quando deixar de existir a situação que motivou a concessão (por exemplo, alteração da condição socioeconômica familiar, melhora da condição de deficiência, óbito do beneficiário) e por determinação legal/administrativa prevista na LOAS e no Decreto n. 6.214/2007.
- (B) o BPC, uma vez concedido, é vitalício e inalterável, sem possibilidade de suspensão ou cessação.
- (C) a mudança temporária de endereço do beneficiário impossibilita a suspensão do pagamento em qualquer hipótese.
- (D) o BPC só pode ser suspenso por decisão judicial, não por instância administrativa.
- (E) a perda de vínculo com o CRAS implica cessação automática do BPC sem qualquer procedimento.

65

Em uma empresa, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho tem sido discutida como um dos objetivos para garantir maior diversidade. A partir da perspectiva da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015), assinale a alternativa que reflete corretamente a exigência legal em relação ao ambiente de trabalho.

- (A) A Lei assegura que as empresas devem contratar pessoas com deficiência, desde que os colaboradores possam trabalhar de forma independente.
- (B) A Lei exige que as empresas adaptem seus ambientes de trabalho, quando necessário, para garantir que as pessoas com deficiência tenham igualdade de condições e oportunidades no desempenho de suas funções.

- (C) A Lei determina que as empresas devem contratar pessoas com deficiência para cargos de menor responsabilidade e com menores atribuições.
- (D) A Lei determina que as pessoas com deficiência devem ser contratadas se forem capazes de trabalhar nas mesmas condições que os demais colaboradores.
- (E) A Lei estabelece que as empresas devem contratar pessoas com deficiência, mas com exceção das grandes empresas, que ficam isentas dessa obrigatoriedade.

66

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, estabelece que os países signatários devem adotar medidas para garantir o direito das pessoas com deficiência à participação plena na sociedade. Considerando o exposto, assinale a alternativa que reflete corretamente a abordagem da Convenção.

- (A) A Convenção propõe que as pessoas com deficiência devem ser tratadas de forma igualmente na sociedade em geral, em razão das suas limitações.
- (B) A Convenção impõe restrições ao acesso das pessoas com deficiência à educação e ao trabalho, priorizando a sua proteção em ambientes especializados.
- (C) A Convenção exclui a participação das pessoas com deficiência nas questões sociais, garantindo-lhes direitos a áreas específicas como saúde e educação.
- (D) A Convenção determina que as pessoas com deficiência devem ser tratadas de forma especializada, para garantir que não se sintam excluídas da sociedade.
- (E) A Convenção assegura que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e dignidade que as demais pessoas, promovendo sua inclusão plena e a eliminação de barreiras.

Eixo Temático 4 – Previdência Social

Fernando Maciel

67

A respeito da filiação e inscrição no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assinale a alternativa correta.

- (A) A filiação à Previdência Social ocorre para o segurado obrigatório com o exercício de atividade remunerada, sendo a inscrição um ato de formalização de seu cadastro previdenciário.
- (B) A inscrição do segurado empregado é de responsabilidade da empresa e somente ocorre após o primeiro recolhimento da contribuição.
- (C) A filiação e a inscrição são atos distintos e dependem de declaração expressa do segurado.
- (D) A inscrição do segurado empregado independe da filiação, sendo ato autônomo.
- (E) A filiação do segurado facultativo ocorre automaticamente ao completar 16 anos, independentemente de inscrição.

68

Considere a situação de Maria, uma professora que atua em uma escola privada como empregada (CLT) e, de forma autônoma, presta consultoria pedagógica para empresas. Em relação à sua situação previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria é segurada obrigatória apenas na categoria de empregada, por ser sua principal fonte de renda.
- (B) Maria é segurada obrigatória na categoria de empregada pelo vínculo de professora e na de contribuinte individual pela atividade de consultoria pedagógica, devendo contribuir para o RGPS nas duas atividades.
- (C) Maria pode optar por qual categoria de segurada deseja se filiar, desde que contribua com o teto do RGPS.
- (D) A atividade de consultoria autônoma não a qualifica como segurada obrigatória, pois ela já é empregada.
- (E) Maria deve contribuir como empregada e como segurada facultativa pela atividade de consultoria.

69

Sobre os segurados especiais, conforme a Lei n. 8.213/1991, é correto afirmar que:

- (A) são considerados segurados especiais o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.
- (B) o segurado especial pode contratar empregados permanentes para auxiliar na sua atividade, sem perder a qualidade de segurado especial.
- (C) o exercício de atividade urbana por um dos membros do grupo familiar rural descaracteriza a condição de segurado especial de todos os demais.
- (D) a receita anual decorrente da comercialização da produção do segurado especial deve ser exclusivamente da produção rural.
- (E) o segurado especial contribui sobre o salário de contribuição, como os demais segurados obrigatórios.

70

Sobre a manutenção e a perda da qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assinale a opção correta.

- (A) O segurado que deixar de exercer atividade remunerada mantém a qualidade de segurado por, no mínimo, 24 meses, independentemente do número de contribuições.
- (B) O segurado desempregado que comprovar essa condição junto ao órgão responsável mantém a qualidade de segurado por até 36 meses, mesmo que não que tenha mais de 120 contribuições.
- (C) A qualidade de segurado é mantida, independentemente de contribuições, para o segurado que está em gozo de benefício previdenciário, exceto o auxílio-acidente.

- (D) A perda da qualidade de segurado ocorre automaticamente no dia seguinte ao término do período de graça.
- (E) Para o segurado obrigatório, a perda da qualidade de segurado ocorre após 6 meses da última contribuição, se não houver mais de 120 contribuições.

71

Sobre os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conforme a Lei n. 8.213/1991, bem como em conformidade com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção que apresenta um benefício que exige carência para sua concessão.

- (A) Auxílio-acidente.
- (B) Pensão por morte.
- (C) Salário-maternidade.
- (D) Auxílio por incapacidade temporária de origem comum.
- (E) Salário-família.

72

A respeito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), é correto afirmar que:

- (A) são obrigatórios para todos os servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais, incluindo os detentores de cargos comissionados e temporários.
- (B) a partir da Emenda Constitucional n. 103/2019, os RPPS somente podem ser criados por meio de Lei Complementar.
- (C) o servidor que ocupa exclusivamente cargo em comissão não pode ser vinculado a um RPPS, sendo filiado, obrigatoriamente, ao RGPS.
- (D) a extinção de um RPPS depende da edição de uma lei ordinária que preveja os seus requisitos.
- (E) a aposentadoria por invalidez no RPPS é concedida com proventos integrais, independentemente da causa da invalidez.

73

Sobre as doenças ocupacionais e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), é correto afirmar que:

- (A) a doença profissional é aquela desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado, enquanto a doença do trabalho é aquela típica de determinada profissão.
- (B) o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é um documento obrigatório para todos os trabalhadores, independentemente da exposição a agentes nocivos.
- (C) o PPP é um documento histórico-laboral do trabalhador, que contém informações sobre a exposição a agentes nocivos, e é utilizado para a comprovação da atividade especial para fins de aposentadoria.
- (D) a empresa é obrigada a elaborar o PPP apenas para os trabalhadores que forem aposentados por invalidez.
- (E) a responsabilidade pela elaboração do PPP é do empregado, que deve fornecer os dados para a empresa.

74

A respeito dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, assinale a opção que apresenta uma característica da categoria dos dependentes.

- (A) A dependência econômica da pensão por morte é presumida para o cônjuge, companheiro(a) e filho menor de 21 anos.
- (B) Os pais, para serem considerados dependentes, basta a comprovação de coabitação, não precisando comprovar a dependência econômica em relação ao segurado.
- (C) A dependência econômica do cônjuge, do companheiro ou do filho maior de 21 anos é presumida.
- (D) O irmão de qualquer idade pode ser dependente, desde que comprove a dependência econômica.
- (E) O cônjuge ou o companheiro que se separa de fato ou judicialmente não perde a qualidade de dependente para fins de pensão por morte, caso receba pensão alimentícia.

75

Sobre o segurado facultativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A filiação como segurado facultativo se dá com a inscrição e o pagamento da primeira contribuição, sendo possível o recolhimento de competências passadas.
- (B) O segurado facultativo é aquele que exerce atividade remunerada, mas não se enquadra nas categorias de segurado obrigatório.
- (C) O estudante que tenha mais de 16 anos de idade, e que não exerça atividade remunerada, pode se filiar como segurado facultativo.
- (D) O síndico de condomínio, quando não remunerado, não pode se filiar ao RGPS.
- (E) O segurado facultativo perde a qualidade de segurado após 12 meses do último recolhimento, independentemente de ter mais de 120 contribuições.

76

A respeito da avaliação biopsicossocial da deficiência, com base na Lei Complementar n. 142/2013, assinale a opção correta.

- (A) A avaliação biopsicossocial da deficiência visa apenas verificar a existência da deficiência, não se importando com a definição de seu grau.
- (B) O grau da deficiência é determinado por uma junta médica do INSS, sem a participação de assistentes sociais.
- (C) A avaliação leva em consideração os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social, combinados com fatores ambientais.

- (D) O Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) é o único critério de avaliação da gravidade da deficiência.
- (E) A Lei Complementar n. 142/2013 define a deficiência como a incapacidade permanente para o trabalho.

77

Sobre o conceito de empresa e empregador doméstico para fins previdenciários, conforme a Lei n. 8.213/1991, é correto afirmar que:

- (A) empresa é a firma individual ou sociedade que assume o risco da atividade econômica urbana.
- (B) empregador doméstico é a pessoa física ou família que contrata empregado para prestar serviços de natureza não contínua, no âmbito residencial, sem finalidade lucrativa.
- (C) o conceito de empresa para fins previdenciários não inclui o microempreendedor individual (MEI).
- (D) o empregador doméstico é equiparado a empresa para todos os fins previdenciários, incluindo a obrigação de recolher contribuições sobre a folha de salários, hipótese em que deve observar idêntica alíquota.
- (E) o empregador doméstico deve recolher a contribuição patronal apenas sobre a remuneração paga em dinheiro.

78

A respeito da aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, prevista na Lei Complementar n. 142/2013, assinale a opção correta.

- (A) A concessão da aposentadoria por idade da pessoa com deficiência não exige o preenchimento de carência.
- (B) A idade mínima para a aposentadoria da pessoa com deficiência é de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, independentemente do tempo de contribuição.
- (C) A aposentadoria por idade da pessoa com deficiência exige, para ambos os sexos, a idade de 60 anos e 15 anos de contribuição na condição de deficiente.
- (D) A Lei Complementar n. 142/2013 extinguiu a aposentadoria por idade para as pessoas com deficiência.
- (E) A aposentadoria por idade da pessoa com deficiência exige 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, com no mínimo 15 anos de contribuição, na condição de deficiente.

Eixo Temático 5 – Saúde e Segurança do Trabalho

Ana Paula Prudente

79

Segundo a Lei n. 8.213/1991, assinale a alternativa que caracteriza acidente de trabalho.

- (A) Acidentes que ocorram fora do expediente.
- (B) O evento que ocorre no exercício do trabalho e pode provocar lesão ou morte.
- (C) Apenas acidentes em atividades de risco ocupacional.
- (D) Acidentes que ocorram sem incapacidade laborativa.
- (E) Acidentes em momentos de lazer.

80

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do trecho abaixo.

_____ é um comportamento individual do trabalhador que coloca a si ou a outros em risco, como não usar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ou desatenção. Já _____ refere-se a falhas ou perigos no ambiente de trabalho, como máquinas defeituosas, má iluminação ou pisos perigosos, cujos riscos são responsabilidade da empresa.

- (A) Uma condição insegura – um ato inseguro
- (B) Uma imperícia – uma negligência
- (C) Uma imprudência – uma negligência
- (D) Um ato inseguro – uma condição insegura
- (E) Um ato falho – uma condição insegura

81

O acidente de percurso ou de trajeto ocorre quando o trabalhador:

- (A) sofre acidente dentro das instalações da empresa.
- (B) sofre acidente em viagem de férias.
- (C) sofre acidente a caminho ou no retorno do trabalho.
- (D) sofre acidente durante a pausa para refeição.
- (E) sofre acidente no exercício de jornada de trabalho extraordinária.

82

Configura um exemplo de condição insegura no ambiente de trabalho:

- (A) a recusa no uso de EPI.
- (B) ato de agressão de terceiro.
- (C) o não fornecimento de equipamento de proteção coletiva.
- (D) o imprevisto de acionamento de máquinas e ferramentas de trabalho.
- (E) o não atendimento pelo trabalhador às normas de higiene do trabalho.

83

Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que o empregador pode ter responsabilidade civil em acidente de trabalho.

- (A) Cumprimento de todas as normas de saúde e segurança do trabalho.
- (B) Ato inseguro exclusivo do empregado.
- (C) Negligência, imprudência ou omissão em relação à saúde e segurança dos trabalhadores.
- (D) O acidente que ocorre fora das dependências da empresa.
- (E) Ato de terrorismo ou sabotagem de terceiro ou companheiro de trabalho.

84

Assinale a alternativa que contém a diferença principal entre doença profissional e doença do trabalho.

- (A) A primeira é causada pelo ambiente e a segunda pelo esforço físico.
- (B) A doença profissional é típica de determinada atividade de trabalho, enquanto a doença do trabalho é influenciada pelas condições em que é realizado.
- (C) A doença profissional é comum durante o percurso da residência para o local de trabalho.
- (D) A do trabalho só ocorre em acidentes graves.
- (E) Não há diferença entre elas, são termos sinônimos.

85

Assinale a alternativa que corresponde corretamente ao conceito de “nexo causal”.

- (A) Relação entre trabalhador e empregador.
- (B) Relação entre férias e descanso.
- (C) Relação entre a doença apresentada e as condições de trabalho.
- (D) Relação entre salário e produtividade.
- (E) Relação entre adoecimento mental e qualidade de vida.

86

É correto afirmar que, quando um trabalhador sofre um acidente e precisa se afastar por mais de 15 dias, ele tem direito a:

- (A) auxílio-doença comum.
- (B) apenas salário do empregador.
- (C) nenhum benefício.
- (D) auxílio-doença acidentário pelo INSS.
- (E) aposentadoria por invalidez.

87

O Equipamento de Proteção Individual – EPI é o dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, concebido e fabricado para oferecer proteção contra os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho. Sobre EPIs, assinale a alternativa correta.

- (A) Devem ser fornecidos com ônus ao empregado.
- (B) São fornecidos pelo empregado, que também deve realizar o adequado treinamento para o uso adequado.
- (C) O uso é opcional, a critério do empregado.
- (D) Devem ser utilizados apenas para atividades insalubres.
- (E) Somente devem ser adquiridos EPI que possuam certificado de aprovação.

88

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é o documento que registra acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e acidentes de trajeto. Com relação ao prazo, a CAT deve ser emitida:

- (A) imediatamente.
- (B) em até 12 horas.
- (C) em até 24 horas.
- (D) em até 72 horas.
- (E) até o primeiro dia útil seguinte à ocorrência.

89

Quem pode emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), além do empregador?

- (A) Apenas o médico do trabalho.
- (B) O sindicato, o próprio acidentado e os dependentes.
- (C) O INSS.
- (D) O SESMT.
- (E) A CIPA.

90

Assinale a alternativa que contém um exemplo de doença ocupacional.

- (A) *Influenza*.
- (B) LER/DORT.
- (C) Apendicite.
- (D) Dengue.
- (E) Doença de Behçet.

Discursiva

Andrea Cerqueira

Texto 1

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a Seguridade Social como um sistema integrado de ações nas áreas de **Saúde, Previdência Social e Assistência Social**, destinado a assegurar os direitos relativos à dignidade, ao bem-estar e à justiça social. Contudo, a sustentabilidade financeira desse sistema enfrenta pressões significativas: o aumento da expectativa de vida, a queda da taxa de natalidade, a informalidade do trabalho e as fraudes no acesso a benefícios previdenciários e assistenciais. Essas tensões desafiam a capacidade do Estado de equilibrar direitos sociais com responsabilidade fiscal.

Texto 2

Em 2019, a reforma da Previdência buscou ajustar regras de aposentadoria e pensões para mitigar o déficit previdenciário. Entretanto, especialistas apontam que medidas pontuais não resolvem o problema estrutural: o sistema de Seguridade Social brasileiro depende de um **pacto intergeracional**, no qual trabalhadores ativos financiam benefícios dos inativos. Diante das transformações no mercado de trabalho — como a expansão da economia digital, dos contratos intermitentes e do trabalho por aplicativos —, surgem dúvidas sobre a viabilidade de manter o modelo atual de financiamento. Assim, o desafio não é apenas financeiro, mas também de **inclusão social**: como garantir a proteção daqueles que estão à margem das formas tradicionais de emprego?

Com base nos textos apresentados, elabore um texto dissertativo, em até 30 linhas, na norma-padrão da língua portuguesa, que desenvolva uma reflexão crítica sobre o tema:

Desafios contemporâneos para a sustentabilidade e a universalidade da Seguridade Social no Brasil.

Em sua resposta, você deverá:

1. Discutir os **principais entraves** à manutenção da Seguridade Social no Brasil, considerando aspectos demográficos, fiscais e sociais;
2. Analisar os impactos das **novas formas de trabalho** na arrecadação e no acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais;
3. Apontar possíveis **caminhos de aperfeiçoamento** para assegurar o equilíbrio entre sustentabilidade financeira e a garantia de direitos fundamentais.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



6° Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 1: Seguridade Social – Saúde, Assistência Social
e Previdência Social (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	D	D	C	C	C	C	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	C	C	B	B	C	E	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	D	C	B	B	B	A	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	B	E	A	C	C	C	D	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	C	C	B	C	C	C	E	C	E
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	C	C	D	B	B	A	A	A	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	B	A	A	B	E	A	B	A	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	C	C	A	C	C	A	E	B	D
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
C	C	C	B	C	D	E	E	B	B

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

CNU – 6º Simulado – Bloco Temático 1: Seguridade Social – Saúde, Assistência Social e Previdência Social (Pós-edital)

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

Letra a.

Assunto abordado: Federalismo.

- (A) Certa. A CF/1988 inovou ao incluir expressamente os Municípios como entes federativos autônomos, ao lado da União, dos Estados e do DF.
- (B) Errada. Os Municípios não são subordinados aos Estados. Possuem autonomia política, administrativa e financeira.
- (C) Errada. A Federação brasileira engloba quatro entes: União, Estados, DF e Municípios.
- (D) Errada. Os Territórios Federais, de acordo com o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal são extensões da União, e não integram a Federação. Sua natureza jurídica é de autarquia territorial da União.
- (E) Errada. O DF acumula competências estaduais e municipais, conforme art. 32, § 1º, da CF.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (checks and balances) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.
- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.
- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.
- (E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

Letra c.

Assunto abordado: Relações entre Poder Legislativo e Poder Executivo.

- (A) Errada. O STF não julga o Presidente por crime de responsabilidade, apenas por crimes comuns, e mesmo assim somente após o juízo de admissão da Câmara dos Deputados (art.86, da CF).
- (B) Errada. A Câmara apenas autoriza, com 2/3 dos votos, a instauração do processo; não realiza julgamento (art. 51, I, e art. 86, CF).
- (C) Certa. O julgamento por crime de responsabilidade é feito pelo Senado Federal, após autorização da Câmara, e o Presidente do STF preside o julgamento (art. 52, I, parágrafo único).
- (D) Errada. Não há previsão de processo de impeachment interno ao Executivo. Trata-se de mecanismo de controle entre Poderes, típico do sistema presidencialista com freios e contrapesos.

(E) Errada. A CF/1988 não prevê revogação de mandatos por plebiscito ou referendo. O impeachment é o único instrumento de cessação antecipada do mandato por razões constitucionais e legais, nos termos da Lei n. 1.079/1950.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos Políticos.

(A) Errada. O voto é facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos, mas o alistamento eleitoral é permitido, inclusive sendo condição necessária para o voto (art. 14, § 1º, II, c).

(B) Errada. A soberania popular é exercida não só pelo voto, mas também por plebiscito, referendo e iniciativa popular, nos termos do caput do art. 14, o que evidencia formas diretas de participação sem representação parlamentar.

(C) Errada. A idade mínima para ser candidato a vereador é de 18 anos, não 21 (art. 14, § 3º, VI, d). A filiação partidária e o domicílio eleitoral são de fato exigências legais, mas a idade está errada.

(D) Certa. A iniciativa popular é um mecanismo de democracia direta previsto no caput do art. 14, e só pode

ser exercida por cidadãos brasileiros, desde que no pleno gozo de seus direitos políticos. Estrangeiros não podem propor iniciativa popular, mesmo que naturalizados recentemente.

(E) Errada. Apesar de o jovem de 17 anos poder votar (facultativamente), ele não pode ser votado. A idade mínima para vereador é de 18 anos completos até a data-limite fixada na legislação eleitoral. Não existe previsão de autorização judicial que permita flexibilizar essa exigência.

4

No Estado de Mato Real, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.
- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omissão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos Sociais.

(A) Errada. A reserva do possível não é um limite absoluto. A jurisprudência do STF reconhece que ela deve ser ponderada com o mínimo existencial, e que o Estado deve comprovar a insuficiência de recursos, não podendo usá-la de forma genérica.

(B) Errada. Não basta alegação genérica de restrição orçamentária: o Estado deve provar objetivamente a incapacidade de cumprir a obrigação sem prejudicar outras

prioridades constitucionais. A reserva do possível exige prova da real impossibilidade.

(C) Errada. A análise da dignidade da pessoa humana é essencial para se aferir a necessidade de garantir o mínimo existencial, mesmo diante de limitações financeiras. O STF tem decidido que a proteção da vida e da saúde prevalece sobre questões orçamentárias, em muitos casos.

(D) Certa. O Judiciário pode intervir para assegurar direitos sociais, sobretudo em situações de omissão do Estado e de afetação do mínimo existencial, como ocorre no fornecimento de medicamentos essenciais à vida. Isso decorre da eficácia plena do direito à saúde e da força normativa da Constituição.

(E) Errada. A separação de Poderes não impede a atuação judicial quando há omissão ou violação a direitos fundamentais, inclusive sociais. O STF admite a judicialização de políticas públicas como forma de efetivação de direitos.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.
- (C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.
- (D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.
- (E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Letra c.

Assunto abordado: Direitos Individuais/ Igualdade.

(A) Errada. A Constituição não veda absolutamente todas as diferenciações de tratamento. Pelo contrário, admite políticas compensatórias ou de discriminação positiva (ações afirmativas), com base em critérios legítimos de equidade social e histórica. Ex.: cotas raciais e de gênero.

(B) Errada. O art. 5º, I, da CF/1988 consagra tanto a igualdade formal quanto material. A igualdade formal garante que todos sejam tratados da mesma forma perante a lei. Já a igualdade material busca compensar desigualdades reais, exigindo, muitas vezes, tratamentos diferenciados para grupos vulneráveis.

(C) Certa. A medida questionada está em conformidade com a igualdade material, pois visa reduzir desigualdades históricas e sociais, promovendo a equidade. O STF já validou ações afirmativas com base nesse princípio.

(D) Errada. Igualdade formal e material são complementares, não excludentes. A primeira é um pressuposto jurídico, a segunda é um instrumento de justiça social. Ambas coexistem no ordenamento jurídico brasileiro.

(E) Errada. A utilização de critérios como sexo ou raça é permitida em políticas públicas educacionais, como reconhecido pelo STF nas ações envolvendo cotas raciais em universidades e escolas públicas.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

Letra c.

Assunto abordado: Ciclos de políticas públicas: implementação de planos, programas e projetos.

(A) Errada. A implementação é um processo complexo, dinâmico e político, que envolve negociações e adaptações.

(B) Errada. Essa descrição se refere à etapa de formulação da política.

(C) Certa. A implementação é a fase da ação, onde o plano formulado se torna realidade. Sua efetividade não depende apenas do desenho da política, mas da capacidade dos atores de executá-la, superando desafios e adaptando-se às circunstâncias.

(D) Errada. O monitoramento é um processo contínuo que acontece durante a implementação, enquanto a avaliação pode ocorrer em diferentes momentos do ciclo.

(E) Errada. Essa é a etapa de formação da agenda.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

(A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.

(B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.

(C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.

(D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.

(E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

Letra c.

Assunto abordado: Levantamento, sistematização, análise e interpretação de dados quantitativos, qualitativos e indicadores de políticas públicas.

(A) Errada. A generalização para grandes populações é uma característica da análise quantitativa.

(B) Errada. A coleta de dados qualitativos, como entrevistas, pode ser demorada e custosa.

(C) Certa. A análise qualitativa é essencial para capturar as nuances, o contexto e as subjetividades dos atores, fornecendo uma riqueza de detalhes que os números sozinhos não conseguem expressar. Isso é crucial para entender a efetividade e o impacto de uma política.

(D) Errada. Essa descrição se refere à análise de dados quantitativos.

(E) Errada. Dados qualitativos são importantes em todas as etapas do ciclo, desde a identificação de problemas até a avaliação final.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora